Pobreza e exclusão social:
um estudo de caso num bairro de município algarvio

Filipa Capelo*
Manuel Carlos Silva**
Nelson Dias***

Resumo

S. Brás de Alportel é um concelho marcado pela interioridade, numa região fortemente dependente da indústria do turismo de sol e praia. Aí, o Bairro João Rosa Beatriz, criado na segunda metade da década de 80 como resposta à necessidade de habitação social, por tender a acumular uma mão-de-obra pouco qualificada, desempregada ou marginalizada, apresenta um elevado potencial de desencadeamento de situações de ruptura social. O trabalho empírico aqui relatado passou em grande parte pela análise dos registos recolhidos a partir de um conjunto de entrevistas, onde sobressaem estas múltiplas vulnerabilidades, a diferença de género, bem como uma imagem da actuação estatal como baseada numa óptica de assistencialismo, gerando-se assim uma *espacialização* da pobreza. Em suma, este bairro é exemplo da forma como se constroem espaços segregados, assim como nesses mesmos espaços se vão potenciando e multiplicando factores de pobreza e de exclusão social. É produto de uma intervenção que visa a minimização desses factores, mas os resultados são demonstrativos da sua reprodução e manutenção ao longo do período de existência do bairro. A multidimensionalidade da exclusão e da pobreza exigirá, necessariamente, a multidimensionalidade na actuação concertada, de modo a minorar as consequências negativas das situações, neste caso no âmbito da habitação social.

1. Introdução e problema: a globalização e os riscos sociais

O processo de globalização representa um conjunto de transacções e fluxos económicos, sociais e comunicacionais a nível mundial, tendo como noções nucleares o crescimento, a competitividade e a livre circulação de capitais e mercadorias e, ainda que de modo limitado, de pessoas. Estes conceitos são, em grande medida, tributá-

* Socióloga, Associação *In Loco*.
** Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
*** Sociólogo, Técnico Superior, Associação *In Loco*.

rios das teorias neoliberais do crescimento e da modernização (Rostow, 1964) e das próprias teorias estruturo-funcionais (Parsons, 1988; Hoselitz 1960). Para além da retórica elogiosa por parte de neoliberais, a globalização é aceite, com alguma reserva crítica, por teóricos de orientação neo-institucional e reformista como Myrdal (1974) ou Sen (1999), desde que sujeita a alguma forma de regulação institucional a nível local, nacional e internacional. A globalização tem comportado, a par dalgumas oportunidades e benefícios sobretudo pela via do avanço das novas tecnologias, uma série de efeitos negativos, sobretudo, para as classes e camadas mais desfavorecidas da sociedade, particularmente quando periférica. Em inúmeras paragens do globo, as condições de vida das populações têm-se deteriorado, conduzindo à reprodução ou mesmo agravamento de situações, cuja tónica dominante é a da precariedade e da incerteza, quer em sociedades semiperiféricas, quer sobretudo em sociedades tradicionais, assentes em economias não capitalistas estrategicamente orientadas para a subsistência[1].

Vivemos hoje num mundo perigoso e assustador, onde as catástrofes naturais e sociais, bem como os riscos ecológicos, também esses globalizáveis e ameaçadores da própria humanidade, surgem como uma preocupação indissociável do nosso quotidiano. A actual ordem social, com sinais de crise e desintegração, condensa profundas contradições económicas e sociais, das quais resultam como efeitos, por um lado, enormes concentrações de riqueza e configurações de exploração e dominação a nível global, nacional e local e, por outro, imensos territórios de pobreza e exclusão social, de pessoas sem terra e sem casa, de violência crescente, sobretudo em aglomerados urbanos, fenómenos de alienação, incerteza e ansiedade face ao futuro, com uma enorme legião de desempregados e subempregados, situações de fome, aumento do número de doenças, assim como alterações climatéricas do planeta, diminuição da camada de ozono, extinção de inúmeras espécies, poluição da água, do ar e dos solos, aumento dos depósitos de lixo, devastação das florestas tropicais e da desertificação humana e ecológica de muitos territórios, entre outros[2].

Estas são questões efectivamente problemáticas que não atingem apenas os países dependentes e (semi)periféricos, mas estão igualmente presentes no seio nas nações ditas desenvolvidas. O aumento das desigualdades, a par do enfraquecimento de velhas solidariedades sociais e de regressões e lacunas dos sistemas institucionalizados de protecção social, têm conduzido ao surgimento de renovados riscos sociais, nomeadamente os da pobreza, da exclusão e da marginalização sociais.

O modelo político do Estado-Providência, embora recue nas suas origens ao tempo bismarckiano com os seguros sociais obrigatórios em finais do século XIX e se

[1] Para uma explanação das economias artesanais e sobretudo camponesas, cf., entre outros, Thompson (1982), Shanin (1971), Wolf (1966), Scott (1976) e, em Portugal, Silva (1987, 1995, 1998).

[2] A este propósito são de recordar as palavras de Alberto Melo que, num tom mais metafórico mas não menos real, afirma: "a 3ª Guerra Mundial já começou. Está a decorrer de há anos para cá. Já destruiu cidades, centros industriais, minas, territórios rurais. Já arruinou países e continentes. Contam-se por milhões as suas vítimas: umas condenadas à morte violenta, outras à morte a prazo por subnutrição crónica; umas condenadas à pobreza, à precariedade das condições de vida, outras ao estatuto vitalício de assistidos. São múltiplas e massivas as legiões de refugiados desta guerra procurando asilo em regiões de maior tranquilidade e prosperidade. E esta guerra, que se propaga à escala mundial, não poupa também o ambiente, em degradação acelerada." (Melo, 1995).

inspire em propostas de cariz keynesiano e social-democrata, já em pleno século XX, sobretudo no pós Segunda Guerra Mundial, não pode ser separado da confluência de diversos factores e estratégias: umas de carácter reivindicativo, próprias dos movimentos sociais, sobretudo sindicais, e outras de orientação integrativa no sentido de contenção e prevenção de conflitos sociais e, hoje, cada vez mais, pela necessidade de fazer face a riscos sociais acrescidos pelo fenómeno globalização e inerentes ao desenvolvimento ímpar do capitalismo mundial. Tal como refere Beck (1992) e, entre nós, Hespanha (2001) e Hespanha e Carapinheiro (2002), estamos perante uma sociedade de risco na medida em que o grau de apreensão e insegurança face ao presente, bem como a incerteza e a perplexidade face ao futuro se agudizam. Neste sentido, o próprio Estado-providência, implementado para atenuar os riscos sociais (desemprego, falta de condições mínimas de subsistência, invalidez, velhice) constitui ele próprio uma incógnita no futuro. Articulado com estas incertezas, torna-se pertinente questionar e aferir em que medida ou até que ponto, na actual configuração societal, o actual sistema da globalização capitalista diminui, reproduz e/ou reforça formas de exclusão social nas esferas económica e sobretudo política e em que medida as populações locais detêm ou não meios e condições de inverter as situações de desvantagem, pobreza e exclusão social.

Perante estas situações, cada vez mais, a par dos posicionamentos críticos seja numa perspectiva neo-institucional e reformista, seja sobretudo numa abordagem (neo)marxista nas suas variantes da teoria da dependência (Frank 1961) e da teoria do centro-(semi)periferia (Wallerstein, 1990; Amin, 1976; e, em Portugal, Santos, 1985; Fortuna, 1987; Silva, 2000a; Ribeiro, 2004), tem vindo a emergir e a consolidar-se a teoria territorialista, de orientação regional ou local, advogada por diversos autores a nível internacional e nacional.[3] Estes últimos autores têm levado a cabo uma considerável reflexão teórica e apresentado uma série de relevantes trabalhos empíricos, como formas de, através da potenciação dos recursos e sinergias endógenas, combater situações de pobreza e exclusão sociais mais gravosas, tendo-se constatado casos com um, maior ou menor, impacto local positivo.

Apesar dalgumas experiências positivas, a situação actual continua preocupante. Como o salientam diversos teóricos críticos já referidos, grande parte dos problemas do mundo moderno deriva, directa ou indirectamente, do processo de globalização e do modelo de acumulação e concentração capitalista que o alimenta. Tal como noutras ciências sociais, também no seio da sociologia é hoje incontornável encarar o processo de globalização das sociedades modernas como um factor co-estruturante da agudização dos fenómenos de diferenciação entre 'ricos' e 'pobres' e pelo agravamento das situações de risco social.

Uma vez expostas brevemente algumas das abordagens mais salientes na sociologia sobre a pobreza e a exclusão social, o nosso enfoque centrar-se-á na carac-

[3] Cf. Long (1977) e, em Portugal, Lopes (1980), J. C. Ribeiro (1984), Cepeda (1988), Guerra (1991), Reis (1994), Marques e Portela (1994), Cristóvão (1994), Monteiro (2004), Silva e Cardoso (2004).

terização e no diagnóstico dum bairro afectado por situações de pobreza e exclusão social, no caso concreto o Bairro Social de João Rosa Beatriz na vila algarvia S. Brás de Alportel. Assim, começamos por caracterizar o concelho e, seguidamente, a população residente, em regime de arrendamento social, neste Bairro Social, nomeadamente nos domínios da demografia, habilitações literárias, qualificações profissionais, emprego, condições de saúde e de habitabilidade dos moradores do referido bairro.[4]

Este trabalho representou simultaneamente um contributo para o diagnóstico social do concelho, uma tarefa que, tornando-se um processo dinâmico, não se limitou à simples descrição das situações mas procurou, na medida do possível, a explicação das suas causas num quadro teórico, interpretativo da realidade. Como tal, o trabalho desenvolvido constitui "uma investigação empírica teoricamente orientada" (A. F. Costa, 1999: 5), sendo desenvolvidos dois conceitos de pobreza e de exclusão social e suas dimensões com principal relevância para a económica.

De acordo com os objectivos de estudo, optou-se por um processo metodológico que integra a perspectiva da sociologia da acção e/ou intervenção, uma abordagem de longa tradição e teoricamente profícua, cimentada nas teorias accionalistas de inspiração weberiana e interaccionista mas articulável com a perspectiva estrutural, tal como em Portugal tem sido desenvolvida por Guerra (2002) e aplicada numa multiplicidade de diagnósticos sociais concelhios no âmbito da Rede Social.

Na recolha de informação foram utilizadas técnicas como o inquérito por questionário, a entrevista, a observação directa, a análise documental e as conversas informais, que permitiram caracterizar o bairro sob estudo. Antes, durante e após a recolha dos dados, a pesquisa bibliográfica por nós realizada foi obviamente importante para o enquadramento conceptual e edificação desta investigação. Para a caracterização da população do bairro, a recolha da informação foi feita através da aplicação de um inquérito por questionário a todo o universo das famílias do bairro em regime de arrendamento social.[5] O inquérito por questionário foi realizado numa situação social de interacção face a face, administração presencial e contemplou duas componentes: uma primeira, que permitiu fazer uma caracterização sociodemográfica de todos os elementos dos agregados familiares residentes no mencionado bairro, susceptível de uma análise quantitativa, e uma segunda composta por uma entrevista semi-estruturada, aplicada aos arrendatários da habitação, sujeita a uma análise qualitativa. Foi

[4] O presente artigo surge no seguimento de um trabalho de recolha e pesquisa realizado pela primeira autora no âmbito do estágio curricular da licenciatura em Sociologia – Ramo Políticas Sociais, da Universidade do Minho, trabalho este orientado pelo segundo autor, docente e investigador da Universidade do Minho e, em termos locais, pelo terceiro autor, também sociólogo e técnico superior na Associação *in Loco*. Atendendo aos contributos de enquadramento teórico, sobretudo por parte do segundo autor e à orientação local do terceiro, estes dois acabaram por, aliás a pedido da primeira autora, por refundar o texto, tendo sido reconceptualizada e desenvolvida a problematização da pobreza e da exclusão social, sendo de sublinhar a riqueza do estudo de caso empírico realizada pela primeira autora e o quadro duma reconceptualização e apresentação sintética das várias perspectivas teóricas sobre a exclusão, contributo este advindo de um relatório académico da disciplina "Solidariedade e Exclusão Social" por parte do segundo autor (Silva, 2003).

[5] Esta pesquisa, nomeadamente o inquérito aplicado no bairro, enquanto território geograficamente limitado, foi aplicado, tendo como parceiros devidamente identificados a Câmara Municipal de São Brás de Alportel e a Associação *In Loco* (cf. Dias e Palma 2001).

realizado um pré-teste do inquérito, a fim de nos apercebermos de eventuais erros na elaboração deste e, principalmente, verificarmos a acessibilidade da linguagem utilizada. O registo das respostas ao inquérito e à entrevista foi efectuado por escrito para evitar o trabalho moroso de transcrições, quando se recorre ao gravador. A técnica da observação directa foi efectuada aquando da realização das entrevistas, no que respeita às condições de habitabilidade, a fim de compreender as necessidades ao nível de reparações, mobiliário e equipamentos existentes e seu estado de conservação.

2. Pobreza e exclusão social

Um conceito tradicionalmente utilizado para dar conta da situação de desvantagem resultante das disparidades sociais é o de pobreza que não raro se confunde com o de exclusão social, não sendo todavia pertinente assumi-los como sinónimos. A pobreza reporta-se à privação de recursos que pode ser vista, em termos relativos, em função dos padrões e níveis de vida duma determinada sociedade e em contraponto de situações de riqueza detida por outros grupos sociais, dando lugar ao que se convencionou ser a pobreza relativa[6] – actualmente medida por um rendimento abaixo de metade do rendimento médio duma população. Porém, a forma mais premente e dramática de pobreza é a pobreza absoluta, enquanto situação de privação das condições mínimas de subsistência e, como tal, incapaz de fornecer o mínimo de sustentação vital e das necessidades básicas materiais e biológicas (por exemplo, conjunto de calorias alimentares, educação, alojamento e cuidados de saúde básicos), à qual se associa a privação social, entendida como risco, vulnerabilidade, falta de autonomia mínima e auto-estima, aspectos sublinhados, entre outros, por Sen (1999), Ames *et al* (2000), Costa (2001) e Capucha (1998, 2000). Donde, a definição de pobreza prende-se com uma privação inaceitável do ser humano. A pobreza constitui um fenómeno que implica relações entre pobres e ricos e uma construção social, dado que os critérios de escolha das necessidades elementares são dependentes do nível de desenvolvimento, da organização e dos valores e estilos de vida presentes em cada sociedade. Por outro lado, é habitual distinguir-se entre pobreza *objectiva*, em que existe um limiar de referência do fenómeno da pobreza, sobretudo em termos económicos e a pobreza *subjectiva* atinente às representações acerca da pobreza construídas pelos próprios actores e grupos sociais em causa, ou seja, significa que é pobre aquele que a sociedade e o próprio se considera pobre. Assim,

[6] "O conceito de pobreza não permaneceu inalterado no decurso do tempo, impelido que foi, sobretudo, pela exigência de se adaptar às particularidades dos países altamente industrializados, pelo progresso das ciências sociais e dos meios de comunicação social e, não menos importante, pela crescente sensibilidade de consciência moral a situações que acolhem desigualdades inaceitáveis e atingem gravemente a dignidade humana" (Costa, 1984: 275). Com a evolução do conceito de pobreza, desde a sua definição de teor mais económico, verificou-se uma multiplicação do mesmo em várias dimensões, que englobam outras vertentes da realidade. A pobreza não consiste apenas na carência de recursos (privações geralmente sentidas ao nível das necessidades básicas), mas também na (im)possibilidade de acesso a outros recursos e direitos, abrangendo também privações em aspectos simbólicos atinentes a desejos de realização da liberdade, felicidade e estabilidade em vários domínios.

> "a intensificação da rede de comunicações e os crescentes contactos com outras sociedades e economias têm contribuído para despertar a consciência da possibilidade de atingir maior bem-estar e a apetência pelos modos de vida alheios, pondo, assim, em questão a atitude fatalista quanto à pobreza, por parte de sociedades menos evoluídas" (Costa, 1984:287).

Costuma também diferenciar-se entre pobreza *tradicional* que está relacionada com situações cristalizadas e *novas formas* de pobreza que é resultante das reestruturações sociais decorrentes de fenómenos inerentes à globalização. A pobreza *rural/urbana* expressa a ideia das exclusões de ordem espacial; e, por último, a pobreza *temporária* refere-se às entradas e saídas da pobreza e a *duradoura* remete para a reprodução social continuada da pobreza. Em suma, a pobreza, constituindo um fenómeno multidimensional e cumulativo, é a mais visível das diversas formas de exclusão social.

Na definição de pobreza importa distinguir entre uma perspectiva que, dando conta dos traços fundamentais da pobreza, remete de modo algo implícito para a incapacidade do indivíduo em garantir esse mínimo vital de bens e serviços para fazer face às suas necessidades, duma outra que, caracterizando a pobreza como privação económica sofrida por grupos e indivíduos, deve ser completada com uma outra perspectiva de teor mais estrutural e crítico que não deixa de atribuir tal situação a factores de ordem sistémica e estrutural, como aliás o fazem não só teóricos marxistas como outros críticos de orientação reformadora como Sen (1999). A pobreza, sobretudo absoluta e em termos económicos, é a forma mais extrema da desigualdade social e é a manifestação máxima e visível da extensão do fosso entre classes e grupos sociais.

Ultimamente tem sido cada vez mais utilizado o conceito de exclusão social em vez do de pobreza, o que, mesmo quando se sobrepõem em grande parte, não são todavia sinónimos, como dissemos. A utilização do conceito de exclusão social é recente nos discursos correntes, particularmente político e ideológico de vários matizes, mas ele remonta, contrariamente ao senso comum e a considerandos prévios de diversos trabalhos realizados nas últimas décadas, aos clássicos da sociologia, particularmente a Durkheim (1977) e sobretudo a Weber (1978). Por sua vez, os legados destes dois autores não podem deixar de ser equacionados e confrontados com outras abordagens nomeadamente a marxista numa perspectiva mais estrutural e, numa outra mais (inter)accionalista, com os contributos importantes de Simmel (1971) e do interaccionismo simbólico, em especial de Goffman (1988).

Por isso, torna-se pertinente e mesmo necessário fazer uma breve referência das diversas posições dos clássicos da sociologia, de modo a contrastá-las, mas sem deixar de avançar uma perspectiva que consideramos adequada para explicar quer o fenómeno da pobreza, quer outros fenómenos de exclusão social que não necessariamente de pobreza. No nosso entender, há exclusões que não se reduzem à pobreza; em todo o caso qualquer situação de pobreza implica, contrariamente a alguns pressupostos funcionalistas nomeadamente durkheimianos, formas de exclusão social, as quais não podem ser desenquadradas das formas de desigualdade social. Sendo ambos fenómenos multidimensionais, a pobreza pode ser perspectivada como uma das formas e dimensões extremas e flagrantes de exclusão social.

Na óptica durkeimiana, a consciência colectiva, enquanto conjunto de normas e valores presentes numa sociedade, incapaz de integrar os indivíduos, perderia a sua força persuasiva junto de determinados indivíduos excluídos, vulneráveis e em situação de anomia social, os quais, ainda que minoritários, conheceriam uma quebra ou ruptura de laços sociais com a sociedade envolvente, bem como dos seus códigos e representações colectivas. Tal dever-se-ia ora a uma divisão forçada do trabalho social que não levaria em devida conta os talentos ou competências dos indivíduos ora a uma diminuição ou ausência de densidade moral em favor duma densidade material das trocas, nomeadamente económicas. Seriam estes desajustamentos que criariam situações de desorganização e/ou desestruturação social, dando lugar a fenómenos anómicos e, portanto, perturbadores do equilíbrio e da harmonia das sociedades modernas, não sendo de excluir inclusive, em situações de desintegração social extrema, a ocorrência de suicídios tipificados como anómicos.

Contrariamente a Durkheim (1977) que, mesmo quando diferenciadas ou mesmo desiguais as funções na divisão social do trabalho, as entende como complementares, interdependentes e geradoras de coesão social, Weber (1978) analisa as diversas formas de manifestação de poder em termos económicos (as classes), sociais (os estatutos) e políticos (os partidos) e, em especial, as instâncias estatais, tendo analisado a diversidade de desigualdades sociais susceptíveis de desembocar nos mais variados conflitos (rácicos, étnicos, religiosos, de classe, estatutários, territoriais ou outros) na base das correlativas características traduzidas pelos respectivos conceitos (raça, etnia, religião, classe, estatuto, território). As interações sociais são perpassadas por relações verticais de dominação, de poder, autoridade e legitimidade sem levar agora em linha de conta a base em que tais relações assentam: a tradição, o carisma do chefe ou a lei. Donde, a exclusão social resultaria do processo de concorrência nos mercados ou de fechamento social por razões estatutárias ou políticas na base da lealdade partidária.

Próxima da posição weberiana situa-se a abordagem interaccionista simbólica que incide mais o seu olhar analítico nas interaccções do quotidiano e nos significados atribuídos pelos actores sociais, significados esses construídos em contextos sociais, podendo desembocar em processos ora simétricos ora assimétricos, em que estes últimos são geradores de exclusão. O interaccionismo simbólico equaciona o problema da exclusão social através da teoria da rotulagem e estigmatização por parte das instituições e dos indivíduos de comportamento regular dito normal face aos que denotam comportamentos considerados desviantes ou transgressivos, dando, não raro, assim lugar a situações de marginalização e discriminação sociais.

Por fim, já numa perspectiva marxista, marcadamente estrutural com base em factores mais socioeconómicos, a exclusão social seria um processo resultante da apropriação privada dos meios de produção por parte das classes dominantes, pelo que excluídos seriam, contrariamente à visão durkheimiana, a maioria, ou seja, os membros das classes exploradas e oprimidas, mormente os trabalhadores assalariados e os que sofram de qualquer tipo de privação, nomeadamente em termos económicos e sociais.

Sem deixar de ter presentes os contributos dos sociólogos clássicos, podemos inferir do conjunto dos seus legados teóricos que a noção de *exclusão/inclusão* é

uma noção relativa, pois depende do contexto de acção, variando, assim, no espaço e no tempo. Numa relativa proximidade à perspectiva durkheimiana mas atento às mudanças entretanto operadas na sociedade, para Xiberras (1993) e Castel (1995) a exclusão exprime um modo específico de *dissociação* do laço social. Para este último autor processa-se assim uma *desafiliação social*, resultante da não-integração pelo trabalho e da não-inserção nas redes próximas de sociabilidade, tanto familiar como social. Tal traduz-se numa ruptura de laços familiares, de amizade e afectivos, assim como com o mercado de trabalho. Neste entendimento poderia, então, existir pobreza sem exclusão social, caso o indivíduo mantivesse as redes de relações sociais, o que seria particularmente mais visível nos meios rurais. Ora, no nosso entender, embora pobreza e exclusão social sejam, como referimos, conceitos complementares e, em grande parte, sobrepostos, não nos parece curial sustentar, pelo menos à luz quer da teoria marxista, quer mesmo da weberiana, que se possa ser pobre sem ser excluído. O "social" tem estado sujeito a diferentes acepções e interpretações. Uns defendem o 'social' por oposição ao 'económico' – o que enferma de visão compartimentada do social – outros apresentam-no como oposto ao individual por se reportar a um número significativo de indivíduos. As distinções podem fazer-se mas não é possível dissociar o social do económico nem o social do individual e vice-versa, pois, tendo em conta os aspectos relacionais das actividades humanas, a sociedade não é a mera soma dos indivíduos. Um fenómeno é social, independentemente do número de indivíduos que abarca e, por outro lado, no que concerne à sociedade, remete-nos para as questões de cidadania e, consequentemente, para os sistemas sociais básicos, como o sustentam, entre outros, Costa (2001: 14), Capucha (1988, 2000), C. Ferreira (1996), Silva (2001, 2003), Guerra (2002).

A exclusão social constitui-se como algo complexo e multidimensional, que detém, numa perspectiva durkheimiana, um processo estrutural de fragilização e rompimento dos laços sociais – um elemento vincado por Durkheim (1977) – mas tal quebra deve-se, por um lado, à falta de uma série de recursos básicos, como o diriam Marx (1974) e Weber (1978) e, por outro lado, advém ou é reforçada por mecanismos de estigmatização e rotulagem que afectam certos grupos, como o frisam os interaccionistas simbólicos, em particular Goffman (1988). Verifica-se neste processo uma acumulação de vulnerabilidades que bloqueiam, tal como o referem Fernandes (1991), Capucha (1998) e Costa (2001), a inserção dos indivíduos no acesso a um conjunto de *sistemas sociais básicos*, conjunto esse que pode ser mais ou menos amplo, conforme a noção de cidadania que esteja subjacente. Costa (2001) propõe a possibilidade de agrupar aqueles sistemas em cinco domínios: *social, económico, institucional, territorial* e, por fim, um outro relativo às *referências simbólicas*.

O domínio *social* distingue-se pelo conjunto de sistemas de relações sociais, quer com os grupos primários (família), quer com os secundários (amigos, vizinhos, colegas de escola e de trabalho) no processo de socialização,[7] socialização esta que remete para a transmissão de padrões sociais e culturais e, por conseguinte, implica a integração de costumes, normas e valores preexistentes e considerados socialmente aceites.

O domínio *económico* abrangeria três sistemas: "os mecanismos geradores de recursos, o mercado de bens e serviços (incluindo os financeiros como os respeitantes ao crédito) e o sistema de poupanças" (Costa, 2001: 15). As estruturas produtoras de recursos incluem o mercado de trabalho, o salário que lhe está inerente, os indivíduos que se encontram em actividade profissional e os sistemas de segurança social, nomeadamente as pensões. A este respeito podem diferenciar-se os cidadãos que dispõem de sistemas de saúde e segurança social deficitários e outros que, dados os seus rendimentos mais elevados, têm acesso, pela via das poupanças e do mercado, a bens e serviços, eventualmente em complementaridade com os sistemas de segurança social públicos.

O domínio *institucional* inclui os sistemas prestadores de serviços públicos, ou seja, os serviços independentes dos mecanismos de mercado, disponibilizados a todos os cidadãos, como são exemplo os sistemas de saúde, educação e justiça.

O domínio *territorial* respeita ao espaço, ao território, como são ilustrativos alguns bairros degradados ou algumas freguesias rurais, as migrações e a problemática que lhes está inerente – a migração de indivíduos de zonas excluídas para zonas mais desenvolvidas.

O último domínio é o das *referências simbólicas*. Esta área reporta-se a todo um

> "conjunto de perdas que o excluído sofre, e que se agravam com a permanência na situação de exclusão, no campo das referências: perda de identidade social, de auto-estima, de auto-confiança, de perspectivas de futuro, de capacidade de iniciativa, de motivações, do sentido de pertença à sociedade, etc." (Costa, 2001:17).

Estes sistemas sociais básicos, assim como os domínios em que os sistemas foram reunidos, são interdependentes e podem coexistir em algumas situações:

> "Com efeito, a exclusão social apresenta-se, na prática, como um fenómeno de tal modo complexo e heterogéneo, que pode, com razão, falar-se em diversos tipos de exclusão. Um dos critérios para esta classificação é o das causas imediatas – por oposição às causas intermédias e às causas estruturais – da situação. Este critério é particularmente importante, uma vez que, estando relacionado com as causas, dá indicação sobre o tipo de soluções necessárias" (Costa, 2001:21).

Da classificação dos seis tipos de exclusão social expostos por Costa (2001), retemos quatro: a económica, a social, a cultural-simbólica e a política, considerando que as duas últimas – a patológica e os comportamentos autodestrutivos (prostituição, alcoolismo e toxicodependencia) – não têm consistência sociológica, introduzindo

[7] A socialização é definida como um "processo através do qual o indivíduo aprende e interioriza o sistema de valores, de normas e de comportamentos de uma determinada cultura, onde intervém um conjunto de agentes de socialização" (S. Silva, 2002:350).

nestes dois tipo elementos psicologizantes que aliás são insuficientes para explicar os fenómenos sociais referidos.[8]

Existem categorias sociais mais vulneráveis à exclusão social. São grupos que "não participam de forma regular nas principais instituições com as quais romperam – ou nunca chegaram a estruturar – laços de integração e, por isso, conhecem com uma maior frequência do que a restante população uma condição continuada de ausência de acesso a direitos básicos ou a estilos de vida aceitáveis" (Capucha, 2002: 216), embora o acento tónico na ideia de que foram os indivíduos excluídos que romperam com as instituições parece inverter a ordem analítica e de responsabilidade social, devendo justamente acentuar-se o contrário. Salvo casos excepcionais, foi a economia dominante e a subsequente repartição desigual de recursos, assim como as instituições que excluíram, marginalizaram ou romperam com os indivíduos excluídos. Trata-se de indivíduos e grupos sociais que foram alvo duma série de desvantagens, sendo possível enumerá-los e tipificá-los de modo sintético, com base nas tipologias avançadas por Almeida *et al* (1992), Capucha (1998, 2000) e Costa (2001): (*i*) os *desempregados de longa duração*, bem como indivíduos inseridos em economias clandestinas, sem qualquer vínculo laboral e que, em situação de desemprego, não estão abrangidos pelo rendimento de substituição; (*ii*) os *idosos,* atendendo aos baixos valores das pensões de reforma, de invalidez e sobrevivência, com enormes dificuldades de fazer face a despesas da saúde, muitos deles com trajectórias profissionais caracterizadas pelo desemprego ou empregos clandestinos e que tornaram irregulares os seus descontos para a Segurança Social, reflectindo-se na obtenção de uma pensão mínima que lhes garanta a sobrevivência; (*iii*) os *portadores de deficiências,* também vulneráveis à pobreza, principalmente quando existe escassez de recursos na família e o mercado de trabalho não promove a sua inserção profissional; (*iv*) as *minorias étnicas*, tais como, por exemplo, os indivíduos de etnia cigana ou imigrantes provenientes de ex-colónias portuguesas e dos países de Leste, sobretudo os desqualificados, além de serem confrontados com situações de racismo e xenofobia; (*v*) os ex-*toxicodependentes e toxicodependentes*, *reclusos e ex-reclusos*, os *jovens em risco*, na medida em que a sua conduta é considerada perturbadora para a ordem social, sendo não raro excluídos das principais instituições (família, escola, instituições várias inclusive estatais); (*vi*) as

[8] Cf. Silva (2003). Segundo Costa (2001), quanto à (*i*) exclusão de tipo *económico*, trata-se de uma situação de falta de recursos, de privação, de pobreza, como foi definida. Comummente, este tipo de exclusão é caracterizado, por exemplo, pelas más condições de vida, pela precariedade de emprego, pelas fracas qualificações literárias e profissionais, sendo domínios de exclusão social que mais afectam os indivíduos. Como outros tipos de exclusão temos: *ii*) a exclusão por factores de ordem *social*, que se caracteriza pela carência relacional, ou seja, pela fraca intensidade e, não raro, a inexistência de laços sociais, cujo efeito mais patente é o do isolamento e solidão de determinados grupos (idosos e deficientes) face a uma sociedade átomizada, propiciadora de "guetização dos idosos, ao desintegrá-los do resto da sociedade" (Costa, 2001:88); *ii*) a exclusão do tipo *cultural*, à qual estão inerentes aspectos culturais que se manifestam na forma e na relação que se estabelece com o outro, com a diferença de nós e dos outros, a relação com a alteridade, conduzindo a fenómenos como a xenofobia e até o racismo, se bem que a explicação destes fenómenos não é redutível apenas a factores culturais, como já foi detectado nalguns estudos (Silva 2000, Silva e Silva 2002) e argumentado em posterior trabalho de Silva (2003).

famílias monoparentais que, na sua maioria,[9] conhecem, para além da censura social, a instabilidade profissional e social, nomeadamente o caso de mães sós, jovens e com filhos menores; (*vii*) os *sem-abrigo,* cuja situação é, sem dúvida, a mais visível em termos de exclusão social, carências múltiplas e desvantagens acumuladas, sobretudo quando à ausência de habitação acresce a toxicodependência, a deficiência física ou mental, não entrando agora em linha de conta com os casos excepcionais que o fazem como espécie de "opção de vida".

Apresentada sinteticamente esta tipologia, importa agora descer à caracterização do concelho de S. Brás de Alportel e, em particular, à análise do bairro de João Beatriz no referido concelho.

3. O Bairro de João Beatriz – Um território em situação de exclusão

Nesta rubrica começaremos por fazer uma breve caracterização demográfica do concelho, seguida do retrato do bairro sob estudo e, por fim, a apresentação dos resultados da pesquisa empírica obtidos através dos métodos já referidos. Tratando-se de um bairro social, procuraremos ver em que medida se aplica a este bairro social uma situação de reprodução de exclusão socioespacial, que Capucha (2000:11-12) refere como "círculos de pobreza instalados", em que o factor espacial é também coestrurante da pobreza e exclusão social, sendo o espaço habitacional e suas condições de habitabilidade uma das formas mais presentes de exclusão social, tal como o sublinham P. Almeida (1994) e sobretudo Cortés (2000) para o espaço urbano.

(i) Caracterização sumária do concelho de São Brás de Alportel

O concelho de S. Brás de Alportel tem uma área de 150,10 km2 e uma densidade populacional de 75 habitantes por Km2, de acordo com as estimativas demográficas do Instituto Nacional de Estatística (INE) para 2004. Está situado na zona de transição entre o Barrocal e a Serra do Caldeirão e faz fronteira com os concelhos de Tavira, Loulé, Faro e Olhão.

A evolução demográfica no concelho tem sido bastante significativa, tendo-se verificado, no último período inter-censitário, um aumento de 33,3%, quando no Algarve se registava uma variação positiva de 15,8% e no Continente de 5,3% entre 1991 e 2001 (Censos do INE, 1991 e 2001). S. Brás passou de pouco mais de 7500 habitantes para mais de 11.205, em 2004, segundo dados do INE.

A observação do crescimento da construção civil, nomeadamente no que respeita ao aumento extraordinário do parque habitacional que se tem registado nos últimos anos[10], dá conta de que o crescimento demográfico tenderá a continuar a ser uma realidade, em grande parte ditada pela procura de casais jovens que vêem no concelho uma oportunidade de aquisição de habitação a preços mais baixos do que nos concelhos

[9] As famílias monoparentais constituem uma categoria que não é económica e socialmente homogénea, uma vez que, a par de uma minoria que detém recursos, a grande maioria é objecto de exclusão social, havendo neste grande grupo diferenças a assinalar não só em termos socioeconómicos, mas também culturais, para além do meio geográfico onde residem.

[10] O parque habitacional do concelho aumentou 43% entre 1991 e 2001.

limítrofes (Faro, Loulé e Tavira), onde exercem a sua actividade profissional: em 2001, 32,9% da população activa trabalhava ou estudava fora do concelho.

O concelho enfrenta actualmente dois desafios importantes: (*i*) um crescimento populacional que coloca problemas ao nível da gestão urbana; (*ii*) o risco de se tornar uma zona eminentemente habitacional, resultando daqui a necessidade urgente de criação e melhoramento de serviços e equipamentos de rectaguarda que assegurem a manutenção da capacidade de acolhimento e qualidade de vida à população.

Sendo o envelhecimento da população um dado generalizável ao país, no concelho de S. Brás este fenómeno é ainda mais acentuado. Em 2001 havia uma média de 157 pessoas com mais de 65 anos para cada 100 indivíduos com menos de 15 anos. É assim constatável uma diminuição do índice de dependência de jovens, se bem que também tenha diminuído o índice de dependência de idosos, o que poderá ser sintomático de alguma capacidade de rejuvenescimento da população.

Tal como na região, a dimensão média das famílias diminuiu no último período inter-censitário, fruto dos novos modelos familiares que vão surgindo graças, entre outros factores, a uma progressiva inserção da mulher no mercado de trabalho, à adopção de contraceptivos mais eficazes do que os métodos tradicionais, às novas formas de habitação (por exemplo, os apartamentos), as quais são um dos factores condicionantes da dimensão das famílias. O fenómeno da monoparentalidade também aumentou no concelho, sendo em 2001 de 11% face aos 7% verificados em 1991 (cf. Censos do INE de 1991 e 2001).

Alguns indicadores revelam factores potenciadores de exclusão e pobreza no concelho, a saber, uma taxa de abandono escolar superior à média do país (2,1% contra 1,7%), assim como uma taxa de analfabetismo ligeiramente superior no concelho com 9,3% *versus* 9% no país; elevada percentagem da população (53%) com apenas o 1º ciclo do ensino básico; dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho – taxa de desemprego feminino de 8% e uma taxa de desemprego feminino jovem (15 aos 30 anos) de 12,6% face aos 7% de taxa de desemprego geral; taxa de actividade jovem acentuada (62,7%), mas com níveis de desemprego mais elevados comparativamente à média geral (10%); peso importante da população beneficiária do Rendimento Social de Inserção (RSI) com 5% da população em 2002, com particular ênfase nas mulheres (51,5%) e nos jovens com menos de 25 anos (37,5%); relevo dos pensionistas na população residente (20%), tendo vindo a aumentar gradualmente os pensionistas de sobrevivência; índice de poder de compra bem abaixo da média regional (78,8 em S. Brás e 108,8 no Algarve em 2002); taxa de cobertura oficial de creches de 14,4%. A guarda de crianças tem sido assegurada por uma rede informal de amas sem garantia de qualidade e segurança na prestação de cuidados.

(ii) **Breve retrato do Bairro Social João Rosa Beatriz**

O Bairro Social foi construído em 1986 e está situado na zona nascente da vila de S. Brás de Alportel, junto à estrada que liga esta localidade ao concelho de Tavira, encontrando-se, na altura em que foi construído, numa situação periférica face ao restante tecido urbano. Com o crescimento de S. Brás, o bairro deixou de se encontrar

numa situação tão periférica, embora se distinga claramente de toda a zona envolvente, seja pela concentração e estandardização do tipo de habitação, seja pelo facto de só recentemente, em finais de 2004, se terem concluído os arruamentos exteriores.

O bairro é constituído por 102 fogos de habitação, 37 dos quais de habitação social. São 102 habitações distribuídas por casas térreas que contam apenas com rés-do-chão e primeiro andar. Relativamente à tipologia das habitações encontramos T1, T2, T3 e T4, os quais foram distribuídos consoante o número de elementos dos agregados familiares inscritos. A construção deste bairro em 1986 veio colmatar as necessidades de habitação sentidas no concelho. A obra foi da responsabilidade da Câmara Municipal de S. Brás de Alportel e do Fundo de Fomento da Habitação (designado e conhecido por IGAPHE), passando, posteriormente, para responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal.

(iii) **Caracterização da situação da população do bairro**

Uma vez feita a caracterização do município e do bairro em termos gerais, importa agora dissecar o bairro com base nos dados recolhidos.

(a) **Enquadramento demográfico do bairro**

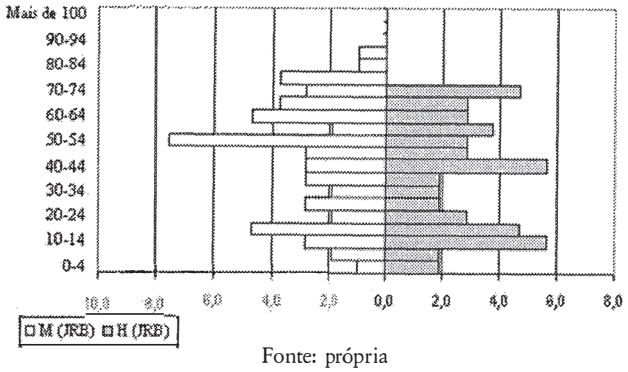
Neste estudo foi inquirida a população residente, em regime de arrendamento social, no Bairro Social João Rosa Beatriz em São Brás de Alportel. A população é composta por 106 indivíduos e 37 agregados familiares. Foi recolhida informação relativa a toda a população, sendo que 55 pessoas pertencem ao sexo feminino e 51 ao sexo masculino.

Ao observarmos a pirâmide[11] referente à estrutura etária da população (gráfico nº 1), verificamos que a sua base é constituída por jovens maioritariamente do sexo masculino e o topo – população idosa – é composto sobretudo por elementos do sexo feminino. É de registar que a faixa etária dos 75 aos 90 anos é ocupada unicamente por mulheres. Nascem mais homens que mulheres mas estes morrem mais cedo, algo que é de resto extensível à estrutura etária do próprio país, em que a esperança de vida é mais elevada entre a população feminina. A estrutura actual parece dar conta de uma tendência de envelhecimento acentuada para os próximos anos – a ter em conta a representação significativa da população em idade activa e a existência de uma percentagem reduzida de crianças com menos de 10 anos.

O bairro social apresenta um índice de envelhecimento de 131. Segundo o quadro nº 1, o índice de dependência total é de 53,6 o que significa que mais de metade da população do bairro se encontra numa situação de dependência face à população activa. O índice de dependência dos jovens é de 23,2 e o índice de dependência dos idosos é de 30,4. Apesar de estes dados serem reveladores de níveis de dependência elevados e da tendência de envelhecimento, não são, no entanto, tão significativos como os registados ao nível do concelho.

[11] Dada a dimensão reduzida da população, a pirâmide construída não permite uma leitura aprofundada das dinâmicas da estrutura etária.

Gráfico 1. Pirâmide etária da população do Bairro João Rosa Beatriz



Fonte: própria

Relativamente aos agregados familiares, no bairro a dimensão média das famílias é ligeiramente superior à registada no concelho, assim como a percentagem de famílias monoparentais.

Quadro 1. Principais indicadores demográficos

Indicadores	São Brás de Alportel	Bairro Social
	2001 (%)	2004 (%)
Índice de dependência de jovens	22	23,2
Índice de dependência de idosos	34,5	30,4
Índice de dependência total	56,5	53,6
Índice de envelhecimento	156,6	131
Dimensão média das famílias	2,6	2,9
Famílias monoparentais	11	13,5

Fonte: INE e própria

Relativamente à população natural de Portugal, a maioria provém de concelhos próximos de São Brás de Alportel (51 indivíduos). As mobilidades residenciais foram, por isso, de proximidade ao contexto de origem. Por seu lado, a percentagem de naturais de outros países (17,8%) dá conta da presença do fenómeno da presença de emigrantes, dando um carácter algo multicultural na população residente, obrigando a um esforço mútuo e interacção recíproca entre o grupo maioritário e os grupos minoritários com outra procedência geográfica e étnico-cultural.

(b) **Qualificações escolares**

A análise do grau de escolaridade dos inquiridos revela perfis de habilitações predominantemente baixos. A taxa de analfabetismo global é de 14,2%: enquanto a masculina é de 10,2%, a feminina ascende a 18,5%, revelando, deste modo, que as

mulheres são, em termos gerais, menos escolarizadas. São as mulheres que ocupam as posições inferiores relativamente ao grau de escolaridade; porém, quando estas prosseguem os estudos, tendencialmente ocupam os lugares superiores da tabela, ou seja, no ensino secundário e superior temos presentes 6 mulheres e 3 homens.

Para além do analfabetismo elevado, mais de metade da população inquirida possui apenas o primeiro ciclo do ensino básico ou menos, o que corresponde a 63,1%. Ora tais dados configuram um cenário bastante precário em termos de qualificações escolares, próprias dos meios sociais onde a escola era (e, embora em menor medida, ainda o é) pouco valorizada e o abandono escolar se verificava muito cedo.[12] As razões para esse abandono prendem-se também com os escassos recursos materiais das famílias de origem.

Quando interrogamos os entrevistados acerca da possibilidade de prosseguir estudos, nomeadamente através de um processo de reconhecimento, validação e certificação de competências, a maioria dos indivíduos considera que tal não tem importância para o seu futuro. Embora as idades destes entrevistados sejam elevadas, denota-se mesmo nos indivíduos com idade adulta mais avançada, mas ainda não idosos, uma acomodação e um desinteresse relativamente à sua formação e qualificação escolar.

Apesar de estarmos perante uma população com baixas qualificações escolares, existe uma preocupação com o percurso escolar dos educandos, nomeadamente dos seus filhos. Esta é, aliás, uma tendência da sociedade portuguesa, sobretudo, a partir da década de oitenta, em que as famílias começaram a apostar de uma forma mais séria na qualificação dos seus filhos e netos, como meio de potenciar a sua melhoria e, se possível, mobilidade social ascendente. Alguns dos descendentes dos entrevistados possuem formações superiores, embora já não vivam no bairro, o que aliás só vem reforçar o que temos vindo a dizer.

(c) **Emprego, desemprego e rendimentos**

Face ao abandono escolar a entrada no mercado de trabalho procedeu-se também de forma prematura para a maioria dos inquiridos. Das 70 respostas obtidas 21,4% dos inquiridos iniciou a sua vida profissional com 10 ou menos anos e 48% iniciou-se no mundo do trabalho entre os 11 e os 15 anos. Estas duas categorias somadas perfazem cerca de 70% dos inquiridos, o que é bastante significativo do baixo grau de formação escolar pessoal e do exercício precoce duma actividade laboral em idade muito jovem ou mesmo adolescente. Tal situação é resultante de factores externos de desinvestimento por parte do Estado e doutras instituições e da pressão que as famílias de origem sentem, por razões que se prendem com necessidades materiais das mesmas, em colocar no mercado de trabalho os seus filhos para a subsistência familiar, para além de não terem no seu horizonte cultural a valorização da prossecução dos estudos dos seus filhos e a inexistência de bolsas de estudo com essa finalidade.

[12] Tal é constatado por diversos autores que têm feito trabalho de campo, sobretudo em meio rural; cf., para a Beira Interior, Iturra [1990] e, para a região do Minho, Silva [1998], embora tal seja aplicável, sobretudo até aos anos oitenta, pois, nas últimas décadas, a desvalorização da terra e da agricultura têm tido o efeito de revalorizar a escola como saída também para os filhos dos agricultores.

Se atendermos às questões de género, relativamente à inserção no mercado de trabalho, podemos concluir que no global não existem discrepâncias significativas, com a excepção das idades até aos 13 anos. Antes desta idade, 17 mulheres e 12 homens começaram a trabalhar, o que significa que, comparativamente, as mulheres tiveram menos oportunidade de prosseguir os estudos, a que não será alheio o padrão minifundiário da região algarvia, à semelhança com as zonas minifundiárias do norte e em certo contraste com o padrão em contexto de latifúndio alentejano. Mais uma vez, as dificuldades financeiras dos agregados de origem obrigaram ao desinvestimento da escolarização dos filhos, com a particularidade de que, no caso das mulheres, esta interrupção não significou uma entrada no mercado de trabalho, mas antes o apoio dado às suas mães na execução das actividades domésticas. Muitas das mulheres inquiridas iniciaram-se nesta altura num percurso de actividade, enquanto domésticas, o qual nunca viria a ser interrompido por uma efectiva entrada no mercado de trabalho.

Estas questões são significativas do ponto de vista dos modos de vida e da identidade das inquiridas. O papel de "donas de casa" continuou a ser exercido a tempo inteiro, mesmo depois da entrada na vida adulta e da constituição da sua própria família. São questões que devem obviamente ser analisadas de acordo com o contexto de origem, mas é como se o futuro social destas mulheres tivesse sido 'traçado' desde a infância nos próprios processos de socialização reprodutores das desigualdades de género, para além das de classe. Do ponto de vista das situações de classe, tal não é de todo em todo menos verdade no caso dos homens, uma vez que, embora tivessem, em termos numéricos, mais oportunidades para prosseguir os estudos, foram igualmente constrangidos a abandonar a escola para apoiar os seus pais nas actividades que estes desenvolviam. Isto remete claramente para a questão dos papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres, que na época a que nos estamos a referir, nomeadamente em meados do século XX, surgiam bastante definidos e preestabelecidos à partida, quer pelos diferentes papéis em termos de género, quer pelo contexto familiar da classe de origem, nomeadamente como camponeses, artesãos, pescadores e operários.[13]

O trabalho, além de ser considerado um meio para a reprodução social dos indivíduos e suas famílias, é assumido como fonte principal, senão mesmo exclusiva, de subsistência e, se possível, como uma eventual base de solidificação de uma imagem, de procura de uma melhor posição social, de actualização das competências profissionais e de criação e alargamento das redes de socialização ou, como diria Castel (1995) como um factor de pertença, de inclusão e valorização sociais. O não trabalhar por se estar desempregado[14] é estar privado não só da fonte normal de rendimento mas "também é perder um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade, à rede de

[13] Sobre as questões relativas a desigualdades de género não só em termos de socialização e de oportunidades em termos económicos, sociais e políticos, como também nos próprios discursos em várias instâncias nomeadamente judiciais; cf., entre alguns dos estudos mais relevantes, Ferreira (1993), Amâncio (1994), Machado (2002).

[14] Para além do desemprego, a outra razão advinha da situação de invalidez (oito dos inquiridos recebem pensão de invalidez), mas tal situação, mesmo quando provoque problemas de vária ordem, difere da situação de desempregado, uma vez que a força de trabalho deste é desaproveitada, criando, para além de dificuldades de subsistência, outros sentimentos que podem afectar a auto-estima.

ligações interpessoais que o emprego proporciona e, ainda, ao sentimento que do mesmo advém, de participar na vida económica do país" (Costa, 2001: 57). Não menos importante de tudo o que foi referido é a pressão psicológica que este tipo de situação exerce nos indivíduos, proporcionando nestes uma ausência de auto-estima que, por sua vez, favorece o desenvolvimento de uma identidade negativa. Assim, a inserção socioprofissional é fundamental nos processos de construção das identidades a nível social e pessoal.

Relativamente à actual situação profissional dos indivíduos do bairro, 25 são pensionistas/reformados, 22 exercem profissão, 22 são estudantes, 11 são domésticos/as, nunca tendo exercido qualquer actividade e 16 estão desempregados. Do cruzamento efectuado da situação profissional actual dos inquiridos com o sexo conclui-se que existe um certo equilíbrio entre ambos, com excepção das domésticas, onde encontramos nesta situação 10 mulheres e apenas um homem.

Relativamente aos desempregados, encontramos 16 indivíduos, sendo de assinalar os elevados períodos de tempo em que se encontram nessa situação: 68,8% destes inquiridos não exercem qualquer profissão há mais de dois anos, sendo que a maioria permanece assim num período superior a cinco anos. Os dados do desemprego no bairro são deveras preocupantes. Na altura da inquirição a taxa de desemprego era de 40%, sendo mais elevada no sexo feminino (44,4%), se bem que igualmente elevada no sexo masculino (36,4%), sendo, portanto, as mulheres as mais penalizadas no acesso ao mercado de trabalho. Estamos perante taxas muitíssimo superiores às verificadas tanto a nível regional, como nacional, se repararmos que no segundo trimestre de 2004 – altura em que foi efectuado este trabalho – Portugal apresentava, de acordo com os dados do Inquérito ao Emprego do INE, uma taxa de desemprego de 6,3% (5,6% masculino e 7,2% feminino). Esta situação configura um quadro preocupante, sobretudo, se tivermos em atenção que muitas destas pessoas têm idades superiores a 45 anos, o que, dada a perspectiva dominante da gestão empresarial e o mercado de trabalho cada vez mais competitivo, torna difícil a sua reinserção laboral, sobretudo se, para além da idade, são levadas em linha de conta as baixas qualificações escolares. Aliás, a relação entre a situação de desempregado e os graus de escolaridade dos indivíduos foi confirmada, quando pudemos concluir que, de facto, são os indivíduos mais desqualificados os que se encontram numa situação de desemprego mais duradoura.

A taxa de actividade global verificada no bairro é de 44%.[15] Ao calcularmos a taxa de actividade por género, verificamos que a masculina com 53,7% é superior à feminina com 46,3%, o que comprova uma situação de maior dependência por parte das mulheres. A taxa de actividade no bairro aproxima-se das médias nacionais, se bem que com valores na actividade feminina significativamente mais baixos – quer em comparação com os valores registados no bairro para o sexo masculino, quer com os valores registados a nível nacional (em 2000 a taxa de actividade feminina era de 44,9% em Portugal).

[15] Taxa de actividade: População activa (empregada + desempregada) /População em idade activa*100. Considerou-se para efeitos de cálculo a fórmula utilizada pelo INE, que considera como população activa toda a população com mais de 15 anos.

Um olhar sobre a profissão actual ou última desempenhada pelos inquiridos, à luz da classificação nacional de profissões do INE, permite-nos perceber a existência de um peso considerável de trabalhadores não qualificados (operários, artífices e similares), o que corresponde a cerca de 53,3% dos indivíduos. Em termos da diferenciação entre homens e mulheres, relativamente às profissões exercidas, os dados recolhidos neste estudo convergem com a tendência da sociedade portuguesa para a feminização de certas categorias profissionais, aqui presente no sector dos serviços e vendas, enquanto aos homens cabe ainda um papel mais visível no desempenho de trabalhos ligados ao sector operário.

As actividades profissionais desempenhadas pelos inquiridos estão em consonância com as suas habilitações escolares anteriormente analisadas, aliás verificado no cruzamento das variáveis profissão actual ou última profissão exercida com o grau de escolaridade dos inquiridos. Em síntese, podemos concluir que os inquiridos com mais baixas qualificações escolares ocupam, em regra, os lugares inferiores da classificação nacional de profissões, lugares estes ocupados, na sua maioria, por indivíduos do sexo masculino.

Em termos do regime de ocupação na profissão e do tipo de vínculo laboral, grande parte dos indivíduos trabalha a tempo inteiro, dos quais 26 são homens e 16 são mulheres. Dos 12 indivíduos que trabalham a tempo parcial, a maioria pertence ao sexo feminino. No caso português, ao contrário de países mais desenvolvidos, o trabalho a tempo parcial traduz-se numa forma de inserção precária no mercado de trabalho por duas razões fundamentais: *i)* porque não resultam, na maior parte das vezes, da opção do próprio trabalhador, mas são-no por imposição e condicionalismos externos; *ii)* e/ou porque não conseguem assegurar as mesmas condições e nível de vida que no desenvolvimento do trabalho a tempo integral, funcionando amiúde como complemento necessário à subsistência do agregado familiar. No bairro acresce o facto de este tipo de inserção ser maioritariamente feminino, o que reforça a posição vulnerável da condição feminina também neste contexto local.

Relativamente ao vínculo profissional, a maioria (39 indivíduos) celebrou contratos de trabalho com a entidade patronal, afirmando que foram efectuados os respectivos descontos para a Segurança Social e 18 indivíduos não estabeleceram qualquer vínculo laboral. Também neste domínio são as mulheres as que manifestam uma maior precariedade de inserção socioprofissional – representando a maioria daqueles que trabalha ou trabalhou sem qualquer vínculo laboral. A precariedade do trabalho é vista com base na constatação de que uma crescente instabilidade no mercado de trabalho gera novas 'modalidades de emprego', por sua vez consideradas precárias, como o trabalho clandestino ou trabalho a tempo parcial.

Para a quase totalidade dos inquiridos a formação profissional não é percebida como uma solução para o desemprego ou para um melhoramento do desempenho profissional nem sequer para uma reintegração socioprofissional. Tal situação pode dever-se ao facto de os percursos de inserção socioprofissional desta população terem sido marcados por mecanismos de aprendizagem ao longo da vida (no próprio contexto de trabalho), o que conduz à desvalorização do contexto formal de ensino/ formação.

Os baixos níveis de escolaridade desta população contribuem obviamente para essa desvalorização, sendo esta, portanto, consequência da privação de acesso ao sistema educativo – o qual nunca conseguiu ser generalizado a todos.

Quanto às fontes de rendimento, 76,4% dos indivíduos vive numa situação de dependência face a subsídios, pensões, rendimentos de proveniência estatal ou vivem sem qualquer tipo de rendimento. É certo que se incluem aqui os estudantes, mas não deixa de ser significativa a dependência de um elevado número de pessoas face a rendimentos que não resultam do seu trabalho. Se retirarmos os pensionistas de reforma e aposentação, concluímos que apenas 23,6% vivem de rendimentos auferidos através do trabalho ou de "biscates". São os elementos do sexo feminino os que se encontram numa situação de maior dependência económica, o que, aliás, vem reforçar algumas ideias já apresentadas que se prendem com a situação de maior vulnerabilidade das mulheres.

Um olhar sobre os pensionistas do bairro permite concluir que existe um peso significativo de pensionistas reformados por idade e também por invalidez. Neste último caso é, aliás, bastante significativo, quando comparado com o panorama que se vive no concelho de S. Brás de Alportel, para o que contribuem vários dos factores de exclusão social já focados.

Outro dos elementos que permitem aferir sobre a concentração de situações de pobreza e exclusão no bairro social prende-se com o peso dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) face ao total da população. Se compararmos a taxa destes no concelho de S. Brás com a do bairro, aquela é significativamente inferior ao desta de 5% para 19,8% respectivamente.

Uma análise sobre os rendimentos dos indivíduos permite-nos concluir sobre a extrema precariedade em que vivem. Nos extremos temos, por um lado, dois agregados que vivem com menos de 1 euro *per capita* por dia (7 indivíduos) e, por outro, uma família composta por quatro indivíduos que vive com 10,07€ *per capita* por dia, sendo este o valor mais alto verificado no bairro, dados estes visíveis no quadro 2.

Quadro 2. Índice de pobreza – dimensão dos agregados e rendimento per capita *por dia*

Dimensão dos agregados (n.º de elementos)	Índice de Pobreza – rendimentos sem despesas por dia						Total
	Menos de 1€	1€ a 1,99€	2€ a 2,99€	3€ a 4,99€	5€ a 9,99€	Mais de 10€	
1	0	1	0	0	5	0	6
2	0	1	2	6	3	0	12
3	1	0	2	2	2	0	7
4	1	0	2	1	2	1	7
5	0	0	2	0	1	0	3
6	0	0	1	1	0	0	2
Total	2	2	9	10	13	1	37

Fonte: Própria

Estes elementos permitem-nos situar exactamente o nível do limiar de pobreza. Se contabilizarmos, facilmente percebemos que 13 dos agregados familiares (o que corresponde a 44 indivíduos) vivem com menos de 3€/dia, o que equivale a 41,5% do total da população inquirida. Seguem-se 23 agregados que têm entre 3€/dia e 9,9€/dia, havendo apenas um que tem mais de 10€/dia.

Ao analisarmos os rendimentos dos agregados familiares, podemos apresentar o quadro nº 3, igualmente elucidativo de situações de pobreza, olhando para o montante global dos rendimentos por agregado.

Quadro 3. Montante global de rendimentos mensais

Rendimentos	Agregados	Percentagem (%)
<349€	12	32,4
350€ a 699€	18	48,6
700€ a 1049€	4	10,8
= ou >1050€	3	8,1
Total	37	100,0

Fonte: Própria

Pelo quadro verificamos que 48,6% apresentam um rendimento entre os 350 e os 699€. Este valor representa um rendimento bruto de cada agregado familiar, contabilizando todas as fontes de rendimento de cada um dos indivíduos pertencentes ao agregado. Na recolha de dados ao nível das despesas apresentadas pelos agregados, verificamos também que 37,8% das famílias têm despesas mensais entre os 50 e os 99€ e 27% apresenta despesas entre os 100 e os 149€/mês.

Numa primeira análise apercebemo-nos de que os agregados familiares auferem, na maioria, rendimentos mensais baixos e que as despesas dos mesmos são todavia significativas.[16]

Segundo o INE, em finais de 2004, 2 milhões de portugueses viviam no limiar da pobreza com uma média de 280 euros mensais, atingindo esta situação cerca de 20% de portugueses. No bairro, através do cálculo do rendimento líquido, verificamos que 83,7% dos agregados familiares têm um rendimento mensal líquido inferior a 275€. Apenas três agregados têm um rendimento mensal líquido superior a 325€, valor todavia inferior ao salário mínimo estabelecido. Estes valores indicam-nos a situação extrema em que vivem estas pessoas, ou seja, mais de pobreza absoluta que relativa. Anteriormente apercebemo-nos que, no quadro desta situação de pobreza e

[16] A questão das despesas era uma questão aberta. Com esta limitação, não obtivemos a totalidade das respostas, o que nos impossibilitou de precisar com exactidão a situação dos agregados familiares. As despesas apresentadas não incluem despesas de alimentação e vestuário, sendo tais dados indispensáveis para a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos. Apenas pudemos inferir que, nalguns casos, algumas situações de pobreza eram aliviadas com apoios informais, nomeadamente de parentes.

exclusão social, é não só inibidor como quase impensável o acesso destas pessoas aos sistemas de ensino, que, por sua vez, se traduz numa débil (re)inserção no mercado de trabalho. A análise dos rendimentos leva-nos a concluir que não existe sequer uma satisfação adequada das necessidades fisiológicas.

(d) **Saúde e cuidados de saúde**

A privação de uma alimentação equilibrada, de um bem-estar físico e/ou psíquico, entre outros, são factores decisivos que influenciam o estado de saúde dos indivíduos. O facto de existirem problemas de saúde nos agregados familiares relacionar-se-á, certamente, ou pelo menos de modo considerável, com a escassez de recursos financeiros nas famílias para obtenção de bens alimentares, sem sequer entrar em linha de conta com a qualidade dos mesmos. Por seu turno, o estado de saúde dos indivíduos influencia, directamente, as suas condições de acesso ao trabalho e tipo de trabalho, contribuindo para situações de empregos precários, saídas precoces ou nunca permitir a entrada no mercado de trabalho.

Uma análise ao estado de saúde da população permite-nos verificar a debilidade dos indivíduos nesta área, comprovado pela vasta lista de situações que nos foi possível observar ou nos foi apresentada. Os idosos destacam-se claramente dos outros grupos etários pelo facto de acumularem vários problemas de saúde, que, independentemente das respectivas causas ou diagnósticos, são correlativos à própria idade. Por outro lado, como tivemos oportunidade de constatar, existe uma considerável percentagem de pessoas com invalidez no bairro (23,6%), que abarca uma franja etária mais nova. Estes indivíduos, além de se encontrarem numa situação de dependência perante o Estado devido à sua condição de saúde, encontram-se numa situação de ruptura com o mercado de trabalho e instituições envolventes. É, de resto, bem significativo o peso que as despesas de saúde representam nos orçamentos familiares. Como nos foi possível constatar, 15 famílias têm despesas mensais entre os 30 e os 59€ e 4 delas gastam mais de 90€ mensais na área da saúde, valores que se revelam elevados, tendo em consideração os rendimentos dos agregados, analisados anteriormente. Estes valores representam, face ao total de rendimentos dos agregados familiares, menos de 10% em 12 famílias e de 10 a 19% em 11 agregados.

A protecção na saúde é considerada como um direito universal e básico, sendo da responsabilidade do Estado a promoção e a garantia do acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde. No bairro, segundo pudemos perceber, o médico de família é a figura principal na assistência à população do bairro. Poucos são os que recorrem ao sistema privado de saúde, o que aliás é compreensível, se recordarmos os escassos rendimentos que auferem. Porém, os indivíduos que recorrem a esta modalidade de serviço de saúde fazem-no para compensar "a falta de assistência e esclarecimentos do médico de família" – dizem. A fragilidade do sistema de saúde público, aliás comprovado pelo recurso ao sistema privado, "pode gerar o surgimento de desigualdades sociais, no que concerne ao acesso aos cuidados de saúde, potenciando situações de vulnerabilização e exclusão social" (Rodrigues *et al.*, 1999: 83), sendo de relevar tal situação no caso dos imigrantes (Leandro *et al.*, 2002).

Ao nível das necessidades sentidas nesta área, é o apoio nos medicamentos que é mais referido pelos entrevistados. Na realização das entrevistas informámos os indivíduos que o Estado prevê o apoio na compra de medicamentos, mas na realidade ninguém tinha conhecimento da existência dos chamados benefícios em espécie, o que demonstra também que esta população está limitada no exercício da sua cidadania, nestes casos por falta de informação.

(e) **Espaço privado, espaço público**

O bairro foi inaugurado há 18 anos, tempo de residência de 69% dos entrevistados. As habitações camarárias distribuem-se por onze T1, treze T2, doze T3 e um T4. Começando, a este respeito, a inquirir sobre a (in)satisfação dos indivíduos relativamente à habitação, verificamos que 78% da população está satisfeita relativamente à casa em que reside. No entanto, apercebemo-nos através da variada lista de problemas que nos foi apresentada, que a população vive com algumas carências ao nível das condições de habitabilidade. Alguns destes problemas são resultantes do tempo que as habitações têm, pelo que ocorre a necessidade de reparações nas portas, janelas e paredes, problemas de humidade e salitre, entre outros. Através de observação directa, aquando da realização das entrevistas, verificamos que existe nalgumas casas uma grande carência ao nível de mobiliário e dos equipamentos. Foram contactadas algumas associações de solidariedade social locais, a fim de informá-los destes casos, de modo a que estas necessidades fossem supridas ou colmatadas.

Foi-nos ainda possível constatar que a actual distribuição das habitações é desajustada, nomeadamente no que concerne à relação entre a dimensão das famílias e a tipologia de habitação em que residem. Assim, temos quatro famílias compostas por dois indivíduos e duas famílias compostas por quatro indivíduos a residirem numa casa com um quarto e uma sala. Por outro lado, temos duas famílias sem filhos a habitar numa casa com três quartos e uma sala e uma família constituída por dois elementos a residir num T4.

Inicialmente, aquando da inauguração do bairro social, as habitações foram distribuídas consoante o número de elementos dos agregados familiares. Acontece, porém, que passados 18 anos da sua inauguração, as estruturas familiares sofreram alterações: filhos que casaram e partiram, elementos novos que se somam aos agregados familiares, como é o caso, por exemplo, dos netos. Esta situação pode estar na origem de alguns desconfortos das pessoas, embora tenhamos que reconhecer que é uma matéria bastante delicada e que se prende com questões de decisão política que implicam a troca de residências entre os habitantes do bairro.

No que concerne a satisfação em relação ao bairro, 79% dos respondentes afirmam estar satisfeitos. No entanto, 5% dos inquiridos diz estar "mais ou menos" satisfeito, sendo este sentimento justificado por uma nostalgia pelo modo de vida rural.

Os maiores problemas existentes no bairro são, por ordem de importância atribuída pelas pessoas, o consumo de drogas e os conflitos de vizinhança. Não conseguimos perceber, no entanto, apesar de termos colocado a questão, se os consumidores habitavam ou não no bairro e qual a dimensão do problema da droga.

Relativamente às relações de vizinhança, cremos que a questão apresentada se prende sobretudo com um forte controlo social que é exercido pelos diferentes elementos sobre os vizinhos. Tendo em atenção que o bairro existe há 18 anos e que a sua configuração arquitectónica permite o exercício das práticas de controlo social, é compreensível que um dos problemas apontados seja exactamente o dos conflitos de vizinhança, pois esta questão prende-se com aquilo que são os referentes e as barreiras entre a vida privada e a vida pública dos indivíduos.

O espaço bairro pode também ser analisado levando em consideração as relações de sociabilidade que se geram ou não. Através de conversas informais apercebemo-nos da fraca intensidade das relações de sociabilidade entre os habitantes do bairro. Assim sendo, podemos falar da debilidade de laços sociais ou mesmo inexistência de relações de vizinhança, marcadas pela indiferença e ausência de mecanismos de entreajuda. As relações de sociabilidade concentram-se apenas no espaço habitacional entre familiares. A casa é vista como um espaço de vivências intrafamiliares, como um espaço interior e privado, que simboliza uma história de vida e um espaço apropriado de satisfação e bem-estar que assegura a protecção da vida pessoal e familiar. O espaço doméstico no bairro em estudo assume um papel dominante da vida social, percebido pela avaliação que os indivíduos fizeram acerca do seu espaço residencial e pelas redes de sociabilidade que mantêm com os restantes moradores.

O processo de transformação de um espaço físico, ao nível das referências e identidades, advém das práticas de sociabilidade. O grau de intensidade destas práticas depende do grau de autonomia do bairro em equipamentos e serviços. Quanto maior essa autonomia, maior o tempo total de permanência dos moradores no bairro. O bairro social não possui equipamentos e serviços que lhe garantam essa autonomia. Relativamente às necessidades sentidas pelos entrevistados no bairro, as preferências recaem numa sala de convívio. Assim, podemos compreender a inexistência de práticas de sociabilidade entre os moradores.

No que concerne aos problemas de toxicodependência e pela análise que realizamos, pudemos concluir que os casos verificados são apenas três, dois dos quais em situação de tratamento. A questão para as pessoas não é propriamente a toxicodependência mas mais o que isso pode representar em termos da sua (in)segurança. Esta questão é, aliás, passível de confirmação, se tivermos em atenção que o aumento de policiamento no bairro foi uma das principais necessidades apontadas pelos inquiridos.

O espaço é uma construção social, que resulta da apreensão sensorial da realidade, das representações mentais dos indivíduos acerca da sociedade e do mundo, e é um local de interacção social, produzido pelos indivíduos e que influencia e condiciona a acção dos mesmos. A apropriação do espaço significa a forma como o homem interioriza a imagem desse espaço, como actua e lida com ele e que se exprime, fundamentalmente, nas relações que os indivíduos estabelecem com o seu *habitat*, como diria Guerra (1998). A apropriação do espaço depende da avaliação que os indivíduos fazem desse espaço e da qual depende a sua identificação com ele.

O conceito de bairro, enquanto espaço social e físico, acarreta uma enorme carga simbólica, quer pelas sociabilidades que se geram, quer pelas suas características

arquitectónicas e disposição espacial. Os bairros sociais afirmam-se como espaços específicos, em termos sociais, arquitectónicos e paisagísticos.

Não assistimos a um sentimento[17] negativo dos moradores em relação ao bairro. Os fogos habitacionais são todos iguais, inspirados na arquitectura típica algarvia, casas térreas, brancas, com rés-do-chão e primeiro andar, mas obedecem à lógica estandardizada e aglomerada da habitação social. Apesar de actualmente o bairro estar mais próximo do restante tecido urbano envolvente, bastante por via do crescimento da vila, é ainda notória uma separação/estigmatização territorial deste espaço face ao restante quadro urbano que o cerca. Para a população mais idosa, com dificuldades de mobilidade física e sem transporte próprio, a localização do bairro pode constituir um problema, uma vez que não existe no bairro nenhuma paragem pública de autocarros. As casas encontram-se em bom estado de conservação exterior, mas verificamos, porém, que são muitas as necessidades sentidas nas habitações, não podendo os indivíduos contorná-las, visto que, como comprovamos, auferem fracos rendimentos. Os espaços exteriores do bairro foram reestruturados ao nível dos arruamentos e criação de espaços verdes e públicos, que até ao momento eram inexistentes.

Apesar de ser comum um sentimento positivo em relação ao espaço público, denotam-se algumas situações que encaminham para situações de exclusão e pobreza, como a segregação deste espaço e uma acentuada espacialização de pobreza e situações de exclusão social.

4. Conclusão

S. Brás de Alportel é um concelho marcado pela interioridade, numa região fortemente dependente da indústria do turismo de sol e praia, sobretudo no que diz respeito à dimensão económica e à criação de emprego. Tem sido ao longo dos anos um concelho do interior com pouca capacidade de influência ao nível da dinâmica regional e muito dependente das actividades económicas que tradicionalmente estão ligadas ao seu território, como é o caso da agricultura, da indústria corticeira e, actualmente, também da construção civil, assim como do mercado de trabalho dos concelhos do litoral. Mais do que a capacidade de captar actividades económicas, o concelho manifesta uma enorme capacidade de captação de pessoas, assumindo-se, cada vez mais, como uma vila 'dormitório', sobretudo pelos preços mais atractivos das habitações face aos concelhos vizinhos, com todos os riscos inerentes a esta situação (perda de identidade local, diminuição das redes de sociabilidade, entre outros).

O Bairro João Rosa Beatriz surge na segunda metade da década de oitenta como resposta à necessidade de habitação social, num concelho de certa forma marcado pelo recuo das suas actividades tradicionais e pela incapacidade de gerar emprego noutras áreas. Foi-se, assim, acumulando uma mão-de-obra pouco qualificada, desempregada,

[17] Tal como refere Amâncio (1993), a identidade social estrutura-se através da identidade para si e da identidade para o outro, que se interrelacionam, na medida em que a identidade para si implica, simultaneamente, o olhar do outro e o seu reconhecimento, um tema sobre o qual não nos debruçamos também por termos poucos elementos, tendo-nos referido apenas à percepção das pessoas. Sobre a identidade em torno do espaço habitacional, cf. Gonçalves (1994).

subempregada ou ligada a actividades socialmente pouco valorizadas, situada na faixa etária acima dos 45 anos, com dificuldades de mobilidade e com pouca capacidade de autonomia e inserção no mercado de trabalho e muito menos de criação de emprego e promoção de serviços à população.

Estavam, assim, geradas algumas das condições para a criação de um bairro social, de promoção camarária, marcado pela concentração de pessoas em risco ou mesmo em situação de ruptura ao nível dos já referidos sistemas sociais básicos – qualificações, emprego, habitação, entre outros – que, de alguma forma, os mantinham activos e inseridos na sociedade.

Da análise realizada ao longo do trabalho ficou claro que os habitantes do bairro são pessoas provenientes de meios socialmente desfavorecidos, sobretudo ligados às actividades rurais, em que a escola não era valorizada e em que a inserção no mundo do trabalho se procedia de forma muito precoce. Através da análise dos dados recolhidos pelo discurso dos entrevistados ficamos com a ideia, em alguns casos, de um certo sentimento de resignação sobre o seu 'destino social', o qual é evidente no caso das mulheres que foram obrigadas a abandonar a escola para apoiarem as mães nas actividades domésticas, assim como no caso dos homens que interromperam os estudos para se associarem aos pais nas actividades do campo. Verifica-se aqui, de forma muito clara, uma definição de papéis própria das sociedades rurais, ainda fortemente presente em meados do século passado, em que a mulher estava, sobretudo, associada, em consonância com os padrões dominantes, às actividades no interior do lar e o homem às actividades do exterior.

Denota-se no bairro a presença de uma mão-de-obra formada à imagem de um mercado de trabalho pouco qualificado – actividades operárias, agrícolas e outras pouco valorizadas – mas incapaz de se requalificar e adaptar a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e dependente dos serviços. São, em muitos casos, pessoas que deixaram de ter lugar no mercado de trabalho, onde as qualificações formais são factor de acesso e a idade avançada é motivo de exclusão.

A par destes aspectos, existem outros que se prendem com as famílias, os indivíduos e com o próprio espaço, que muito contribuem para uma situação de pobreza e exclusão em que se encontram, nomeadamente: afectação a mercados de trabalho paralelos, rendimentos muito baixos, acumulação de problemas de saúde, fraca integração dos indivíduos na comunidade local e segregação socioespacial do próprio bairro.

A par destas características gerais dos indivíduos, é possível identificar no bairro a concentração de alguns grupos sociais aos quais está amiúde associada uma série de factores que mais facilmente os colocam em situações de vulnerabilidade social. Estamos a falar concretamente de idosos e pensionistas, população imigrante (proveniente das ex-colónias e de países de leste), desempregados de longa duração, famílias monoparentais e pessoas com deficiência. Em muitos casos, estes grupos cruzam e acumulam factores de exclusão. Assim, podemos encontrar idosos com graves problemas de saúde, imigrantes desempregados, pessoas em situação de invalidez que nunca trabalharam e sem direito a qualquer benefício de substituição.

O que temos vindo a dizer permite-nos concluir que estamos perante uma concentração de situações sociais problemáticas, que se têm vindo a agravar ao longo dos anos, dando origem a uma bolsa de pobreza e exclusão, em alguns casos em situação extrema, marcada por grupos sociais tradicionalmente mais desfavorecidos como os que identificámos anteriormente. Estas situações são sintomáticas de intervenções públicas insuficientes ou incompletas, ou seja, privilegiaram a entrega concentrada de habitações sociais como política de combate à exclusão e à pobreza, mas não implementaram outras medidas complementares que promovam a autonomia das pessoas e a sua inserção social. A habitação social afigura-se como uma das estratégias essenciais da providência estatal. O direito dos cidadãos à habitação força o Estado a uma intervenção no sentido de proteger famílias mais carenciadas em termos habitacionais, proporcionando uma redução da exclusão a que estão expostos – providenciando o acesso a um dos sistemas sociais básicos. O Estado, enquanto defensor de uma política democrática, não poderá, apenas, assumir uma forma de providência, mas deverá actuar no âmbito da promoção da cidadania, proporcionando igualmente a inserção desses indivíduos em situação de exclusão nos vários sistemas sociais e nunca acentuando essa situação.

Assistimos aqui em parte a uma forma de actuação estatal baseada numa óptica de assistencialismo, ao transformar os indivíduos mais desfavorecidos em meros beneficiários e receptores de bens e serviços, não facilitando a sua emancipação e autonomia. Ou seja, o Estado tem, muitas vezes, limitado a sua acção à atribuição de fogos residenciais aos indivíduos mais desfavorecidos ao nível habitacional, assumindo que essa medida por si só é promotora da inclusão das pessoas quando, de facto, tal não ocorre noutras esferas.

Uma outra característica da forma de actuação do Estado, relativamente à habitação social, tem contribuído para a construção de uma espacialização da pobreza, o que aliás se verifica no Bairro Social João Rosa Beatriz. A periferização e o consequente isolamento de bairros sociais como este face ao tecido urbano envolvente têm concentrado, em zonas específicas, pessoas que acumulam situações de exclusão e pobreza, promovendo, assim, uma segregação socioespacial que, por sua vez, produz um olhar estigmatizante por parte dos moradores exteriores ao bairro social. O Bairro João Rosa Beatriz é um dos exemplos deste tipo de políticas de habitação social que, ao procurarem dar resposta aos problemas de habitação das pessoas, acabam por contribuir para uma certa 'guetização' desses espaços e, consequentemente, como factor de exclusão.

Além deste isolamento face aos centros económicos, culturais e sociais das cidades, os bairros sociais sofrem grandes carências ao nível da existência de estruturas colectivas, como espaços de lazer ou de ocupação de tempos livres, estando completamente desvalorizada a componente relacional. Por isso, uma política de habitação terá de levar em consideração aspectos quantitativos, o alojamento de indivíduos com carências nesta área, mas também, e não menos importante, os aspectos qualitativos, apostando na criação e na conservação de equipamentos sociais colectivos e dos espaços exteriores, que favoreçam as redes de sociabilidade, para que, consequentemente,

se dê a apropriação social desse espaço, sendo possível a construção de uma identidade positiva em relação ao mesmo.

A resposta dos indivíduos face a esta realidade reflecte-se na percepção que têm relativamente ao seu espaço, à sua habitação, à identidade que criam com o espaço interior/privado, assumindo a casa o papel prevalecente das redes sociais. Os espaços exteriores do bairro conheceram recentemente uma requalificação, quer ao nível dos arruamentos, quer ao nível de criação de espaços verdes. No entanto, este trabalho foi realizado passados 18 anos da abertura deste bairro social. Durante todo este tempo quer os acessos ao bairro, quer as suas ruas eram de terra batida, o que por si só contribui para um isolamento e segregação do espaço. Os habitantes do bairro têm um sentimento positivo em relação ao mesmo, o que nos leva a pensar na existência de uma provável identidade positiva, vista de dentro. Porém, este estudo não nos fornece elementos seguros para compreender se existe uma identidade positiva ou negativa dos de fora relativamente ao bairro – dado não terem sido trabalhadas as representações sociais do bairro por parte da população exógena a esse espaço, podendo ser esta uma dimensão a abordar em futuro trabalho de investigação em relação ao bairro.

Os equipamentos sociais e colectivos são totalmente inexistentes. Como ficou dito, o processo de transformação de um espaço físico, ao nível das referências e identidades, advém das práticas de sociabilidade. Por sua vez, o grau de intensidade destas práticas depende do grau de autonomia do bairro em equipamentos e serviços. Relativamente ao bairro, pudemos constatar que este não possui quaisquer equipamentos e serviços e a sua população mantém-se isolada no seu espaço privado, sendo a sua casa assumida como centro fulcral das práticas sociais.

Em suma, este bairro é exemplo da forma como se constroem espaços segregados, assim como nesses mesmos espaços se vão potenciando e multiplicando factores de pobreza e de exclusão social. É produto de uma intervenção que visa a minimização desses factores, mas os resultados são demonstrativos da sua reprodução e manutenção ao longo do período de existência do bairro. A pluridimensionalidade da exclusão e da pobreza exigirá, necessariamente, a multidimensionalidade na actuação concertada, de modo a minorar as consequências negativas das situações, neste caso no âmbito da habitação social. Pela nossa parte sem perder o sonho de contribuir para a mudança, coube-nos recolher e sistematizar informação sobre o bairro e interpretá-la, na medida do possível, lançando pistas para a realização dum diagnóstico social e para a estruturação de futuras intervenções sobre o mesmo no domínio social e político.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, João Ferreira de *et al.* (1992), *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

ALMEIDA, Paula (1994), "Habitação: A Produção de um Conceito" in *Sociedade e Território*, n.º 20:50-54, Porto: Afrontamento.

AMÂNCIO, Lígia (1993), "Identidade Social e Relações Intergrupais" *in* J. Vala e M. Monteiro (orgs), *Psicologia Social*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 287 – 307.

AMÂNCIO, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*, Porto: Afrontamento.

AMES, B. *et al* (2000), "Questões Macroeconómicas" *in Governança e redução da pobreza*, Banco Mundial Brasil: Rio de Janeiro.

AMIN, Samir (1976), *Unequal Development. An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism*, Sussex: The Harvester Press.

BECK, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres: Sage.

CAPUCHA, Luís (1998), "Pobreza, exclusão social e marginalidades" *in* J. M. L. Viegas e A. F. Costa (orgs), *Portugal, que modernidade?*: 245-283, Oeiras: Celta.

CAPUCHA, Luís (2000), "Territórios da pobreza, onde é preciso voltar" *in Sociedade e Território*, 30:8-15, Porto: Edições Afrontamento.

CAPUCHA, Luís *et al.* (2002), "Vulnerabilidade à exclusão social" *in* DPP/MTS (org), *Portugal, 1995--2000, Perspectivas de evolução social*, Oeiras: Celta, pp.215-251.

CASTEL, Robert [1998 (1995)], *As metamorfoses da questão social. Uma crónica do salário*, Petropolis: Editora Vozes.

CEPEDA, Francisco José Terroso (1988), *Emigração, regresso e desenvolvimento no nordeste interior português*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

CORTÉS, Luís (2000), "La vivienda como factor de exclusión en la ciudad" in *Revista de Estudios Sociales y Sociología Aplicada,* 119:295-312, Documentación Social.

COSTA, Alfredo B. (1984), "Conceito de Pobreza" *in Estudos de Economia*, vol. IV, 3: 275-294.

COSTA, Alfredo B. [2001 (1998)], *Exclusões Sociais*, Lisboa: Gradiva.

COSTA, António F. (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras: Celta Editora.

CRISTOVÃO, Artur *et al.* (1994), "Practises of endogenous development in Barroso, Northern Portugal" *in* J.D.van der Ploeg (org), *Born from within:practise and perspectives of endogenous rural development*, Assen: Van Gorcum.

DIAS, Nelson e PALMA, Graça (2001), *Dar rosto à intervenção – os animadores locais de desenvolvimento*, Faro, Associação *In Loco*.

DURKHEIM, Émile {1977 (1893)}, *A divisão social do trabalho*, Lisboa: Presença.

FERNANDES, António Teixeira (1991), "Formas e mecanismos de exclusão social" *in Sociologia*,1:9-66, Porto.

FERREIRA, Claudino (1996), "*Pobreza, Cidadania e Desqualificação Social: Notas de Reflexão teórica*", Interacções, 3:23-36, Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

FERREIRA, Virgínia (1993), "Padrões de segregação das mulheres no emprego – uma análise do caso português no quadro europeu" *in* B. S. Santos (org), *Portugal: um retrato singular*, Porto: Afrontamento, pp.231-257.

FORTUNA, Carlos (1987), "Desenvolvimento e sociologia histórica: acerca da teoria do sistema mundial capitalista e da semiperiferia" *in Sociologia. Problemas e Práticas*, 3:163-193.

FRANK, A. G. (1961), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

GOFFMAN, Erving {1988(1963)}, *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* Rio de Janeiro: Guanabara.

GONÇALVES, Helena S. (1994), "Processos de (re) construção de identidades culturais num bairro de habitação social" in *Sociedade e Território*, 16:135-149, Porto: Edições Afrontamento.

GUERRA, Isabel (1998), "Grupos Sociais, Formas de *Habitat* e Estrutura do Modo de Vida", *in Sociedade e Território*, n.º 25/26: 118-128, Porto: Edições Afrontamento.

GUERRA, Isabel (1991), "Populações e Serviços na Luta contra a Pobreza: à procura do desenvolvimento local" *in I Encontro de Promotores de Projectos*: 69-85, Comissão Regional do Sul da Luta contra a Pobreza.

GUERRA, Isabel (2002), *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais: Principia.

GUERRA, Isabel (Coord) (2002a), *Estudos de Avaliação da Concepção, Implementação e Execução das Acções Promovidas pelo Programa Escolhas – 1º Relatório*, CET, Lisboa.

HESPANHA, Pedro (2001), "Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social" *in* B. S. Santos (org) *Globalização, fatalidade ou utopia?*, Porto: Edição Afrontamento, pp.163-195.

HESPANHA, Pedro e CARAPINHEIRO, Graça (org.) (2002), *Risco Social e Incerteza – Pode o Estado Social Recuar Mais?*, Porto: Edições Afrontamento.

HOSELITZ, B. F.(1960), *The Sociological Aspects of Economic Growth*, Chicago: Free Press, Illinois: The Free Press of Glencoe.

ITURRA, Raul (1990), *Fugirás à escola para trabalhar a terra*, Lisboa: Escher.

LEANDRO, M. Engrácia, PLÁCIDO, Manuel e CARVALHO, Dina (2002), "Os males do corpo em terra estrangeira", *in Actas do Colóquio Internacional de Saúde e Discriminação Social*, pp.181-210, Braga: Universidade do Minho.

LONG, Norman (1977), *Introduction to the Sociology of Rural Development*, Wageningen.

LOPES, António Simões (1980), *Desenvolvimento regional. Problemática, Teoria, Modelos* vol I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MACHADO, Helena (2002), *Tribunais, género, ciência e cidadania. Uma abordagem sociológica da investigação judicial da paternidade*, Braga:Universidade do Minho, dissertação de doutoramento (policopiado).

MARQUES, Carlos Peixeira e PORTELA, José (1994), "Actividades tradicionais e emprego feminino no Montemuro: notas de reflexão sobre o desenvolvimento local" *in Gestão e Desenvolvimento*, 3: 175-185.

MARX, Karl [1974 (1967)], *O Capital*, Lisboa: Delfos.

MELO, Alberto (1995), "O Desenvolvimento Local num Contexto de Economia Mundializada"; Comunicação do autor apresentada à *Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Local e Coesão Social*, 22-25 Novembro, Serpa.

MONTEIRO, Alcides A. (2004), *Associativismo e novos laços sociais*, Coimbra: Quarteto.

MYRDAL, G. [1974(1957)], *Teoria económica e regiões subdesenvolvidas*, Rio de Janeiro: Edição Paz e Terra.

PARSONS, Talcott [1988(1951)], *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial.

REIS, José (1994), "O desenvolvimento local é possível?" *in* M. B. Moreira (org) *O desenvolvimento local é possível?*:3-16, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.

RIBEIRO, Fernando Bessa (2004), *Sistema mundial, Manjacaze e fábrica de caju: uma etnografia das dinâmicas do capitalismo em Moçambique*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro.

RIBEIRO, José Cadima (1984), *O Minho: Base Económica e Modelo de Desenvolvimento*, Braga: Universidade do Minho.

RODRIGUES, E.V. *et al.* (1999), "A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal", *in Sociologia*, 63-101, Porto.

ROSTOW, W.W. [1964(1960)], *Etapas do Desenvolvimento Económico*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1985), "Estado e Sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português" *in Análise Social*, XXI, 87-88-89: 869-901.

SCOTT, James (1985), *Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven, Londres: Yale University Press.

SEN, Amartía K. (1999), *Development as Freedom*, Oxford: Oxford University Press.

SHANIN, Theodor (org) (1971), *Peasant and Peasant Societies*, Hardmondworth, Middlesex: Penguin Books.

SILVA, Manuel Carlos (1987), "Camponeses nortenhos:'conservadorismo' ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência?" in *Análise Social*, vol XXIII, 97:407-445.

SILVA, Manuel Carlos (1995), *Alguns elementos de estudo sobre Sociologia do Desenvolvimento*, Braga: Universidade do Minho (policopiado).

SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.

SILVA, Manuel Carlos (2000), "Racismo e conflitos interétnicos: elementos para uma investigação" *in Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56: 41-63.

SILVA, Manuel Carlos, (2000a) "Globalização hegemónica e globalização contrahegemónica: algumas notas" *in* J. M. Viegas e E. C. Dias (orgs), *Cidadania, integração social e globalização*, Oeiras: Celta

SILVA, Manuel Carlos (2001), "Sociedade e Estado perante as desigualdades sociais: o caso português" *in* B. S. Santos, A. Cohn e A Camargo (orgs.) *Brasil – Portugal entre o Passado e o Futuro. O Diálogo dos 500 anos.* Rio de *Janeiro:* EMC Edições.

SILVA, Manuel Carlos (2003), *Solidariedade e Exclusão Social*, Braga: Universidade do Minho (policopiado, provas de agregação).

SILVA, Manuel Carlos e SILVA, Susana (2002), "Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde". *in Antropológicas*, 6: 57-86. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

SILVA, Manuel Carlos e CARDOSO, António (2004), "Assimetrias e dependências no desenvolvimento: a região do Minho no noroeste peninsular", *in Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, *Sociedade e Cultura*, 5, vol XXI (1-2).189-216.

SILVA, Susana (2002), "Socialização" *in* R. L. Maia (org) *Dicionário de Sociologia*, Porto: Porto Editora.

SIMMEL, Georges (1971), "The Poor" *in* D.N. Levine (org) *Georg Simmel: On the Individuality and Social Forms*, The University of Chicago Press.

THOMPSON, E. [1982(1963], *The Making of the English Working Class*, Harmondsworth, Middlesex: Penguin.

WALLERSTEIN, Immanuel [1990(1974)], *O sistema económico mundial*, Porto: Afrontamento.

WEBER, Max [1978(1920)], *Economy and Society*, editado por G.Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.

WOLF, Eric (1966), *Peasants*, New Jersey: Prentice Hall, INC.

XIBERRAS, Martine (1993), *As teorias da exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio*, Lisboa Instituto Piaget.